

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.850 - SP (2018/0095830-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : WAM BRASIL NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA
ADVOGADO : CLÁUDIO RODARTE CAMOZZI - GO018727
AGRAVADO : ROBERTO DE PAULA JUNIOR
ADVOGADO : JEAN CARLOS DE SOUSA - SP224769

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO CONFIGURAÇÃO. QUESTÕES QUE MANIFESTAMENTE NÃO PODERIAM INFLUIR NO QUANTO DECIDIDO. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM AS TESES RECURSAIS. AUSÊNCIA DE ELEMENTO QUE CONSTITUI PRESSUPOSTO DA TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF. TESE RECURSAL QUE PARTE DE PREMISSAS FÁTICAS REJEITADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS PARA QUE SE POSSA APRECIAR AS TESES RECURSAIS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por WAM BRASIL NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a decidir.

Nas razões deste apelo, a recorrente alega violação ao artigo 186, 187, 212, inciso IV, e 944 do Código Civil, aos artigos 7º, 11, 139, inciso I, 346, parágrafo único, 369, 373, inciso II, 442, 489, incisos I a III, § 1º, incisos III e IV, 494, inciso II, e 1.022, incisos II e III, ao artigo 14, § 3º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor e parágrafo único, do Código de Processo Civil e aos artigos 2º, 3º e 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. Assevera que apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem teria permanecido omissos quanto ao *"direito de produzir provas da inexistência dos requisitos para a condenação em indenização por danos morais"*, quanto às teses de que *"houve culpa exclusiva de terceiros"* e *"a culpa teria sido exclusiva do embargado"*. Afirmar ainda que o Tribunal de origem também teria sido omissos ao *"não apresentar a justificação motivada sobre o raciocínio lógico jurídico empregado, informando sobre o critério racional e o parâmetro legal, o método e o sistema utilizado na interpretação e valoração sobre as provas do processo, para concluir ser justo, razoável e proporcional, à luz dos fatos e provas do processo, e do art. 944 do CC, os danos morais de R\$8.000,00 (oito mil reais), em especial diante da culpa (se não exclusiva, ao menos concorrente) do embargado, de inexistir valor negativado (constou R\$0.00) e ter sido mantida a inscrição por apenas 01 (um) dia"*. Afirmar que *"houve o cerceamento de defesa na medida em que a recorrente, a despeito do contido no art. 346, parágrafo único, ficou impedida de produzir provas: (i) da inexistência ou nulidade da citação; (ii) da inexistência dos requisitos que autorizariam a reparação de danos ao recorrido (fl. 99)"*. Aponta que mesmo que considerada revel, lhe era assegurada a *"produção das provas orais requeridas"*. Assevera que *"houve equívoco ao condenar a recorrente em indenização por danos morais"*, argumentando que *"os documentos anexados no processo demonstram claramente que a recorrente cumpriu suas obrigações para restituir os cheques ao recorrido, a tempo e modo, antes do vencimento de qualquer dos títulos. Todavia, o Banco Safra demorou a devolver os cheques, sendo culpa exclusiva dele a apresentação do título e as consequências daí*

originadas". Afirma que a culpa pela inscrição indevida seria do próprio recorrido, pois apesar de ter "recebido a notificação prévia do SERASA", "ficou silente, chamando para si a culpa da inscrição negativa, pois deveria ter apresentado ao SERASA o distrato, o que evitaria a inscrição. Poderia também ter tomado qualquer outra providência, todavia, não fez; e buscou (e ganhou) uma alta importância por este motivo, beneficiando-se da própria torpeza". Assevera que o valor de R\$ 8.000,00 arbitrado a título de indenização por danos morais estaria "dissociada da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como das peculiaridades do caso em apreço".

Este recurso, todavia, não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido.

No que tange aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes. Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo *"da mihi factum dabo tibi ius"*.

Destarte, a violação a estes dispositivos legais do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento exposto da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso.

Na espécie, recorrente afirma que o Tribunal de origem teria permanecido omissos quanto ao seu *"direito de produzir provas da inexistência dos requisitos para a condenação em indenização por danos morais"*; quanto à tese de que

"houve culpa exclusiva de terceiros"; quanto à tese de que "a culpa teria sido exclusiva do embargado"; e quanto ao "raciocínio lógico jurídico empregado, informando sobre o critério racional e o parâmetro legal, o método e o sistema utilizado na interpretação e valoração sobre as provas do processo, para concluir ser justo, razoável e proporcional, à luz dos fatos e provas do processo, e do art. 944 do CC, os danos morais de R\$8.000,00 (oito mil reais), em especial diante da culpa (se não exclusiva, ao menos concorrente) do embargado, de inexistir valor negativado (constou R\$0.00) e ter sido mantida a inscrição por apenas 01 (um) dia".

No que tange à primeira questão, como dito, para que se possa falar em omissão é imprescindível que se indique questão efetivamente apta a influir no quanto decidido, de modo que o Tribunal de origem não está obrigado a se manifestar sobre uma tese em abstrato. Nestes termos, em que pese a recorrente afirmar que o Tribunal de origem teria sido omissos quanto *"direito de produzir provas da inexistência dos requisitos para a condenação em indenização por danos morais"*, a recorrente simplesmente não fornece qualquer elemento concreto que pudesse lastrear a necessidade de dilação probatória na espécie. A recorrente limita-se a dizer que teria o direito à *"produção das provas orais requeridas"*, trata-se de assertiva absolutamente genérica, sequer havendo a indicação de quais fatos incontroversos dependeriam da produção de prova oral ou quais seriam as testemunhas que pretendia arrolar.

A bem da verdade, o que se verifica é que não há divergência entre a narrativa do autor e a narrativa da recorrida, inexistindo sequer indício de que seria necessária a produção de prova oral na espécie. Observe-se que a própria agravante confirma o teor dos emails trocados com o recorrido, tornando incontroverso que o cheque fora compensado apesar do fato do contrato já estar rescindido, bem como sua *"desorganização administrativa"* e o *"desprezo por seu cliente"*, o que por si só já bastaria para manter o quanto decidido.

Simplesmente não se fornece qualquer elemento que sequer aponte para a necessidade de dilação probatória.

A recorrente parte das teses de que a culpa pela inscrição seria exclusiva de terceiro, da instituição financeira, que teria demorado "*a devolver os cheques*", bem como que seria exclusiva do próprio recorrido, pois apesar de ter "*recebido a notificação prévia do SERASA*", "*ficou silente, chamando para si a culpa da inscrição negativa*".

O acórdão recorrido, como dito, está fundamentado no fato de que o cheque fora compensado apesar do fato do contrato já estar rescindido, bem como na "*desorganização administrativa*" da recorrente e o seu "*desprezo por seu cliente*", ou seja, está fundamentada em condutas específicas da recorrente. Nestes termos, resta claro que o Tribunal não foi omissos quanto à questão, mas sim que rejeitou a tese que a responsabilidade seria de terceiro. Transcrevo o trecho pertinente:

"Consoante precisa observação da MMª Juíza a quo, 'o cheque estava vinculado ao contrato, de modo que a requerida deveria obedecer os prazos para desconto. Se resolveu descontá-los antes da data combinada, o fez por sua conta e risco e deve assumir a responsabilidade pelos danos causados. Houve inclusão do nome do autor em órgão de restrição ao crédito (fls. 32). Ainda, o documento de fl. 29 comprova a despesa do autor para regularizar sua situação junto ao cadastro de emissores de sem fundo' (verbis).

Nesse sentido, 'em que pese a impossibilidade da compensação do cheque do valor de R\$ 967,00, por insuficiência de fundos, a conduta da parte ré em negativar o nome da parte autora foi indevida, na medida em que, quando da compensação, o contrato entre as partes já estava rescindido' (verbis).

Assim, cristalina a irregularidade da inscrição do nome do apelado em cadastro restritivo da Serasa, resta caracterizado o dever de indenizar por ausência de cautela da pessoa jurídica.

Na hipótese, trata-se de dano in re ipsa, que independe de prova.

Consoante a jurisprudência pacífica dos nossos tribunais, a injusta inclusão do nome de alguém em cadastro restritivo de crédito configura dano moral puro, rendendo ensejo a indenização, dispensada a prova da ocorrência de prejuízos efetivos (STJ, REsp 165.727/DF, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 16.06.1998, apud CLAUDIA LIMA MARQUES, ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM.

Comentários ao código de defesa do consumidor. 2ª ed., São Paulo: RT, 2006, p. 616/617).

Nesse sentido, não prospera a alegação de que, uma vez que a negativação perdurou por um só dia, o apelado não sofreu dano moral indenizável.

No dizer de SERGIO CAVALIERI FILHO, o dano moral nada mais é do que agressão à dignidade, amor-próprio e autoestima, que provoca dor, vexame, sofrimento ou humilhação, que, fugindo à normalidade, interfere 'intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar' (cf. Programa de responsabilidade civil. 8ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2008, n. 19.4, p. 83).

Além de não se tratar de mero aborrecimento, a indevida inscrição do nome do autor em órgão de proteção ao crédito demonstra ou desorganização administrativa da ré, ou mesmo desprezo por seu cliente, ou, provavelmente, ambas as coisas, tornando indubitável o dever de indenizar." (e-STJ fls. 140/141)

No que tange à tese de que a culpa seria exclusiva do recorrido, a primeira questão a ser observada é a absoluta irrelevância do fato de que inexistiria valor negativado, pois teria constado no apontamento o valor de R\$0,00, tendo em vista que houve o protesto do título, constando de maneira expressa no documento juntado às e-STJ fls. 32 que se trataria de cheque sem fundo, o que basta para que haja abalo ao nome do recorrente. Concomitantemente, há de se observar que a recorrente deliberadamente altera a verdade dos fatos quando afirma que a inscrição teria "*sido mantida a inscrição por apenas 01 (um) dia*", pois a documentação juntada às e-STJ fls. 29/32 comprova que o apontamento foi feito em 12/06/2015 e somente foi retirado em 11/08/2015. Cumpre lembrar que o cheque é um título abstrato, ou seja o distrato não afasta a sua exigibilidade, de modo que, como pontuado pelo recorrido, era necessária a apresentação dos cheques para retirar a inscrição.

Assim, há de se considerar que o Tribunal de origem não estaria obrigado a se manifestar de maneira expressa sobre estas considerações, pois manifestamente impertinentes.

Dito isto, a leitura do acórdão torna claro que o Tribunal de origem de

manifestou de maneira expressa sobre o *quantum* indenizatório, estando o valor fundamentando precipuamente no "*caráter inibidor da indenização*", de modo a servir de incentivo à recorrente para que se abstenha de práticas do mesmo gênero. Transcrevo o trecho pertinente do acórdão:

"Demonstrados, pois, os requisitos para a responsabilização da parte ré, necessária a fixação da indenização devida.

A indenização por dano moral conserva cunho nitidamente simbólico e compensatório, pois impossível a determinação da dor sentida pela honra agredida ou a efetiva amplitude da lesão moral. Assim, cabe ao julgador fixar o "quantum" devido, atendendo as circunstâncias do caso concreto e baseando-se em critérios subjetivos e objetivos, tais como posição social do ofendido, intensidade do ânimo de ofender, situação econômica do ofensor, gravidade e repercussão da ofensa, extensão do dano. Ademais, cumpre considerar o caráter inibidor da indenização, ou seja, o dano moral deve englobar valor de desestímulo, ou de inibição, para que se abstenha o lesante de novas práticas do gênero, servindo a condenação como aviso à sociedade.

Diante de tais critérios, tenho que a indenização pelos danos morais sofridos deve ser fixada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), valor este que atende aos critérios de fixação da indenização, não gera o enriquecimento ilícito da autora e cumpre sua função inibitória." (e-STJ fls. 141/142)

Assim, não há que se falar em insuficiência da fundamentação apresentada no acórdão.

No que tange aos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e dos artigos 7º, 139, inciso I, 346, 369, 373 e 442 do Código de Processo Civil, é patente a deficiência das razões recursais, motivo pelo qual o conhecimento do recurso encontra óbice na Súmula 284/STF.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a

ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

Parte destes dispositivos legais sequer guardam relação com a questão do cerceamento do direito de defesa, o que torna incompreensível qual seria a sua pertinência à argumentação apresentada.

Dito isto, há de se considerar que a declaração de nulidade pressupõe a comprovação de prejuízo, sendo válida a regra do *pas de nullité sans grief*. Como dito anteriormente, a recorrente simplesmente não fornece qualquer elemento concreto que pudesse lastrear a necessidade de dilação probatória na espécie, sequer havendo divergência entre a narrativa do autor e a narrativa da recorrida. Simplesmente não há indício de que seria necessária a produção de prova oral na espécie.

Nestes termos, há de se considerar que as razões recursais são deficientes, pois em que pese a recorrente alegue que tenha sido cerceado o seu direito de defesa, não apresenta qualquer elemento que aponte para a necessidade de dilação probatória, pressuposto da tese recursal.

Destaque-se, não se tutela o direito de produzir prova em abstrato, mas sim o direito de produzir provas pertinentes à solução do caso, não se podendo admitir que a se alegue cerceamento ao direito de defesa sem que haja a efetiva indicação de prejuízo, sem que haja a indicação de prova cuja produção foi negada, mas poderia ao menos *a priori* influir no quanto decidido.

Enfatizo que a questão da citação notoriamente prescindia de qualquer dilação probatória, pois a questão é estritamente jurídica, se seria ou não necessário que citação fosse recebida pessoalmente pelo representante da recorrida. Transcrevo trecho pertinente do acórdão recorrido:

"A propósito, aduz que, para que seja reputada válida a citação, a respectiva carta terá de ser recepcionada pelo representante legal da pessoa jurídica, ou por quem tenha poderes de gerência e administração.

Da detida leitura dos autos, verifica-se que a carta de citação foi entregue exatamente no endereço constante do contrato social da apelante, constando do AR a assinatura do recebedor (fls. 40 62).

Com efeito, tratando-se de pessoa jurídica, incide a teoria da aparência, segundo a qual é válida a citação realizada no endereço da ré e recebida por pessoa que aparenta ser seu funcionário ou equiparado." (e-STJ fls. 138)

Como se pode observar, sequer existe fato controverso que pudesse justificar a dilação probatória.

Assim, patente a deficiência das razões recursais.

Quanto às demais questões, o recurso claramente encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

As discussões trazidas não dizem respeito ao substrato jurídico pertinente ao caso, mas ao substrato fático. Observe-se que a recorrente parte de premissas fáticas expressamente rejeitadas pelo Tribunal de origem, quais sejam, de que a culpa pela inscrição seria do Banco Safra, pois teria demorado "*a devolver os cheques*", e de que a culpa pela inscrição indevida seria do próprio recorrido, pois apesar de ter "*recebido a notificação prévia do SERASA*", "*ficou silente*". O Tribunal de origem expressamente aponta que a recorrente descontou os cheques antes do prazo devido, o que por si só basta para fundamentar sua responsabilidade pelos danos causados, pois se não o tivesse feito os danos sofridos pelo recorrido não teriam ocorrido. Enfatizou-se ainda que o contrato já tinha sido rescindido quando a recorrente decidiu compensar o cheque sepultando qualquer argumentação no sentido de que os danos causados teria decorrido unicamente da demora em "*devolver os cheques*".

O Tribunal de origem também aponta como fundamentos para condenar a recorrente a "*desorganização administrativa da ré, ou mesmo desprezo por seu cliente, ou, provavelmente, ambas as coisas*", rejeitando a premissa de que a inscrição indevida decorreria unicamente do recorrido.

A toda evidência não há qualquer questão jurídica a ser apreciada na espécie, restando claro que a pretensão da recorrente com o presente recurso era a de obter reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Destaco que a mera leitura dos emails trocados entre as partes evidencia o absurdo da argumentação apresentada, beirando a má-fé processual.

Observe-se que a pretensão de revisão do *quantum* arbitrado a título de indenização por danos morais também encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ainda que o atual entendimento desta Corte seja no sentido de que a revisão do *quantum* arbitrado a título de danos morais pode ser revisto, trata-se de situação excepcional, sendo imprescindível que o valor demonstre-se exorbitante ou ínfimo ao caso concreto. É necessário que haja teratologia na decisão, tornando patente que exista um descompasso entre o valor da condenação e a realidade dos autos *primo ictu oculi*. Somente em tais casos afasta-se a incidência da Súmula 7/STJ,

pois a reforma do acórdão não decorre da análise das particularidades do caso concreto, mas sim de algo que transcende a normalidade. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratológico, por irrisório ou abusivo.

2.- Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que, em razão da comprovada responsabilidade civil da empresa recorrida diante do acidente de trânsito, foi fixada a indenização no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), devido pela empresa ora agravada à parte autora, a título de danos morais, sendo que não há razão para provocar a intervenção desta Corte, em virtude do abalo sofrido pelo ora agravante diante do trágico acidente que levou à morte três dos seus familiares, restando comprovada a responsabilidade civil da TRANSCAL pelo acidente.

3.- O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 521.395/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 05/09/2014)

AGRAVO REGIMENTO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ÓBITO. CULPA RECÍPROCA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PENSIONAMENTO. VIÚVA E FILHOS MENORES. PROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 633.596/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE

Superior Tribunal de Justiça

NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 18/05/2015)

Não é este o quadro delineado nos autos, em que foram arbitrados R\$8.000,00 a título de danos morais pela inscrição indevida do nome do recorrido em cadastro de proteção ao crédito.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator